

DIREITA E TROIÇA APOSTAM NA DESTRUIÇÃO DO SNS

O MAIS SÉRIO RETROCESSO NA SAÚDE DOS PORTUGUESES

O quadro político em que se realizou a Assembleia da DORL (Direcção da Organização Regional do Distrito de Lisboa do PCP) foi marcado por uma ofensiva sem precedentes contra o Serviço Nacional de Saúde, assente na desresponsabilização do Estado face à sua obrigação constitucional de garantir o acesso aos cuidados de saúde de todos os portugueses em condições de igualdade e gratuidade.

Assiste-se à transferência de uma parte crescente dos custos da saúde, designadamente pelo brutal aumento das taxas moderadoras e no custo dos medicamentos.

Fruto da sintonia entre os governos e os grandes grupos financeiros, que vêm na saúde uma importante área de negócio, insiste-se no descalabro económico das parcerias Público-privadas, hoje já contestadas por todos os quadrantes políticos, bem como no modelo de gestão EPE (Entidade Pública Empresarial), de comprovados efeitos ruinosos.

Tem-se desenvolvido uma política de encerramento sistemático de múltiplos serviços de saúde tomando como exemplo, entre outros, a redução de horário de atendimento das urgências nos Centros de Saúde de Alvalade, Benfica, Lumiar, Sete Rios e Moscavide, e encerramento da extensão da Charneca.

Aumenta o número de utentes sem médico e enfermeiro de família. Só no Distrito de Lisboa são centenas de milhar. Agravam-se as listas de espera nas consultas de especialidade por falta de profissionais de saúde e extinção das mesmas nos próprios hospitais.

Na área hospitalar, a acrescentar ao fecho do Hospital do Desterro, juntam-se agora o Hospital Miguel Bombarda, o Serviço de Cuidados Intensivos

Polivalentes do Hospital dos Capuchos, e o bloco de partos do Hospital Dona Estefânia. Paira a incerteza sobre o futuro dos hospitais Curry Cabral, Capuchos, Pulido Valente, Maternidade Alfredo da Costa e do que ainda resta do Júlio de Matos.

Verifica-se uma redução do número de camas do parque hospitalar da zona de Lisboa sem a devida compensação, agravada com a ausência de implementação de uma rede pública de cuidados continuados.

Todo este processo tem sido acompanhado de uma redução efectiva do número de Trabalhadores nas diversas áreas e estabelecimentos, com a desactivação de várias secções dos serviços.

No respeitante aos trabalhadores do SNS desenvolvem-se políticas de forte ofensiva aos seus direitos: o Código do Trabalho e a saída de legislação específica para a administração pública, Lei da Mobilidade e da Mobilidade Especial, dando cobertura à desregulamentação das condições de trabalho dos profissionais, à retirada de direitos como o vínculo público de nomeação, não renovação de contratos de trabalho, extinção de carreiras, congelamento de salários, regime de aposentações, sistema de avaliação repressivo (SIADAP) e sucessivas e gravosas alterações do ritmo de trabalho, incompatível com uma boa prestação de cuidados.

As mais recentes imposições das troikas, interna (PS/PSD/CDS) e externa (FMI/BCE/CE) sobre redução de custos na área da Saúde traduzem-se e reflectem-se na qualidade de atendimento aos utentes.

TAXAS MORTÍFERAS

moderadoras ou financiadoras?

As dificuldades do Serviço Nacional de Saúde (SNS), na resposta atempada às necessidades das populações, vão agravar-se dramaticamente com a execução do orçamento de 2012.

Já se acentuavam atrasos na generalidade das Unidades do Serviço Público (SNS) pela diminuição dos recursos humanos, pelo congelamento e mesmo redução das remunerações com o conseqüente abandono de muitos médicos, de enfermeiros e de outros profissionais de saúde qualificados. Verifica-se uma acentuada diminuição das horas de funcionamento dos blocos operatórios de muitos hospitais, designadamente por falta de anestesistas e a não contratação dos necessários. E as listas de espera vão-se alongando.

A este esvaziamento dos serviços corresponde uma maior procura nos privados, por quem ainda pode suportar os custos. Não a esmagadora maioria da população.

Para agravar ainda mais o acesso ao SNS este governo do PSD/CDS recorreu, entre outros meios, a um poderoso travão: as famigeradas TAXAS MODERADORAS que cresceram, imagine-se, de 100 a 300%.

Da sempre mentirosa e ineficaz “moderação” passa-se a um efectivo copagamento, uma flagrante rotura com o princípio constitucional consagrado no art.º 64.º - Direito à Saúde

Quantos reformados e pensionistas têm a possibilidade de recorrer a um serviço de urgência onde terão de pagar 20 a 50 €? Obrigatoriamente nos casos de acidente. Mas em outras situações evitarão o mais que puderem, agravando o seu estado.

Que percentagem da população com salário mínimo vai pagar 10 € numa consulta normal num Hospital Distrital? Certamente evitará o mais possível, agravando o seu estado.

Também o Programa Nacional de Vacinas vai ser amputado para poupar 6,5 milhões de €, subvertendo-se uma vertente preventiva fundamental.

Com a retirada de apoios ao transporte de doentes, dos subsídios, congelamento e em muitos casos diminuição de salários, pensões e reformas, estão criadas as condições para que Portugal se torne um país mais doente, com os indicadores de saúde a piorar. Um grave recuo em tudo aquilo que a maioria da população conquistou após a Revolução de Abril.

Mas o povo português tem nas suas mãos como contrariar este retrocesso.

O PCP apela à mobilização de todos na defesa do Direito à Saúde, Uma importante conquista civilizacional consagrada na Constituição.



VISITA AO HOSPITAL DONA ESTEFÂNIA

PCP quer Hospital Pediátrico em Lisboa

A visita de uma representação do PCP ao Hospital Dona Estefânia (27-12-2011) foi um sinal de apoio aos bons exemplos existentes no Serviço Nacional de Saúde, a luta pela manutenção e pelo desenvolvimento do único hospital para crianças de Lisboa, ameaçado de encerramento.

Esta ameaça não foi desmentida pelo actual ministro da Saúde, o que muito preocupa a Direcção do PCP, e justificou esta visita ao hospital e uma reunião com o Conselho de Administração. A delegação do PCP foi encabeçada pelo seu Secretário Geral, Jerónimo de Sousa que valorizou o projecto clínico do hospital e os cuidados prestados a doentes tão especiais, defendendo que não devem ser questões contabilísticas a nortear a política de saúde, mas a qualidade da prestação dos cuidados, ainda mais, quando os utentes são crianças.

No final da reunião com o Conselho de Administração um médico procedeu à entrega de documentos em que, perante o eventual encerramento do Dona Estefânia sem a construção de um novo hospital, denunciavam ser Portugal o “primeiro país a prescindir do hospital pediátrico na sua capital”. E que esta ameaça coincide com a classificação máxima do hospital entre os seus congéneres europeus, dada a qualidade dos cuidados prestados!

Os documentos distribuídos têm origem numa plataforma de médicos e de outros profissionais de saúde em defesa da não diluição de um hospital pediátrico em unidades para adultos, posição que o PCP, apoia inteiramente.

É legítimo suspeitar que se prepara aquilo que sucedeu com as maternidades encerradas com o pretexto de não fazerem 1500 partos por ano, tendo-se assistido, de seguida, ao nascimento de mais de uma dezena de maternidades privadas que não cumprem nenhum critério, contribuindo mesmo para o aumento de cesarianas.

É MAIS UMA BATALHA A TRAVAR EM DEFESA DA SAÚDE, NESTE CASO, DAS NOSSAS CRIANÇAS

Fala-se na integração da pediatria no futuro Hospital de Todos os Santos, mas o advir deste hipotético hospital tem pairado como um fantasma, sempre como alternativa aos encerramentos, uns já efectuados outros em projectos de que também já se fala, como o do restante Hospital Psiquiátrico Júlio de Matos.

Como em quase tudo das políticas de direita (PS incluído), aponta-se sempre para uma compensação futura que, afinal, não passa de uma MIRAGEM.

HOSPITAL DE LOURES? HOVE AQUI ALGUÉM QUE NOS ENGANOU ...

Entrou já em funcionamento parcial o denominado Hospital de Loures.

Este equipamento, sonhado durante décadas pela população do concelho, foi conquistado através de um duro combate, onde participaram milhares de mulheres e de homens de todos os quadrantes políticos, com ou sem partido, mas onde o PCP teve um papel marcante.

Com espanto e indignação os habitantes de sete freguesias – Stª. Iria da Azóia, S. João da Talhas, Bobadela, Portela, Prior Velho e Moscavide – com mais de 96.000 utentes, não serão atendidos no Hospital.

Estes utentes estão já a ser enviados, para efeitos de urgência hospitalar, para o velho e pessimamente localizado Hospital de S. José.

Este é o resultado da resolução tomada em tempo pelo Governo PS de José Sócrates de encaminhar futuramente estes utentes para o Hospital de Todos os Santos. Acontece, porém, que o actual governo PSD/CDS-PP decidiu não só encerrar a Urgência do Hospital Curry Cabral, que abrangia estas freguesias, como adiar *sine die* a construção do tal Hospital de Todos os Santos ...

Em consequência destas políticas a zona oriental do concelho de Loures, que conta com quase 100.000 habitantes, foi duplamente penalizada.

Face a esta situação, o PCP, sempre ao lado das populações enganadas e lesadas, exige soluções que garantam a qualidade e dignidades que lhes são devidas.

ROUBAM O POVO, AFUNDAM O PAÍS

O ano de 2012 começou com o aumento do IVA e um aumento brutal dos preços dos bens de consumo. O leite e o pão estão mais caros. O preço da electricidade subiu 4%, depois de já ter aumentado 17% em 2011 (ano em que os lucros da EDP subiram). As taxas moderadoras da saúde passaram para mais do dobro – subiram 108% nas consultas de urgência nos hospitais e 122% nas consultas nos centros de saúde. Todos os actos médicos até aqui isentos passaram a ser taxados. As rendas de casa aumentaram 3,19% e ainda vão subir mais com a nova lei do arrendamento que liberaliza os preços das rendas.

Estamos perante uma política de terrorismo económico e social que exige uma resposta de grande dimensão a nível nacional.

O Governo do PSD-CDS e o grande patronato pretendem:

- ◆ Colocar o Estado ao serviço das empresas;
- ◆ Pôr a segurança social a financiar os patrões para pagarem menos e precarizar as relações de trabalho;
- ◆ Facilitar os despedimentos e diminuir as indemnizações e o valor do subsídio de desemprego;
- ◆ Flexibilizar os horários de trabalho e reduzir a retribuição;
- ◆ Atacar a contratação colectiva e promover o trabalho gratuito com a redução de feriados e dias de férias.

Esta é uma política que é preciso combater. Dia 11 vamos manifestar todos os descontentamentos, protestos e indignações contra a política que rouba os trabalhadores e o povo ao mesmo tempo que empurra o país para o precipício.

Sabia que:

- ➔ O Município de Almada é o único que fechou as contas de 2011 sem dever nada a ninguém?
- ➔ Das vinte maiores empresas do país, cotadas na bolsa, dezanove tem a sua sede central na Holanda, só para ludibriarem o fisco? A única excepção é a REN. E que o pouco que pagam **LÁ** não dá entrada nos cofres do Estado **CÁ** ? Até onde vai o patriotismo...
- ➔ Que na cidade de Botal na Índia, em 1984, se verificou o maior acidente industrial da História? A libertação de gases venenosos matou 24.000 pessoas, e que a companhia proprietária da fábrica, a americana Union Carbide, se está borrifando para indemnizações?

**JUNTA-TE A NÓS!
LUTA E RESISTE COM O PCP**

Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitem contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

Telef. _____ E-mail _____

Recorte e envie para

PCP Av. Da Liberdade, 170

1250 146 LISBOA

www.pcp.pt

sector.saude.ori.dorl.pcp.pt

11 FEVEREIRO 2012

GRANDE MANIFESTAÇÃO NACIONAL DA CGTP

15H00 - RESTAURADORES > TERREIRO DO PAÇO